



TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS DE USO **VAMOS QUITAR**

Versão 1.0
16 de março de 2021.

Os serviços da plataforma Vamos Quitar são fornecidos pela pessoa jurídica Góes & Nicoladelli Advogados Associados, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 03.239.823/0001-62, com sede na Rua Almirante Tamandaré, n° 144, sala 02, no bairro Santa Barbara, na cidade de Criciúma, no estado de Santa Catarina, CEP. 88.804-290, titular da propriedade intelectual sobre software e seu conteúdo disponibilizados na plataforma.

1. DA ACEITAÇÃO DOS TERMOS E POLÍTICAS

Ao utilizar os serviços, o usuário confirma que leu e compreendeu os Termos e Políticas aplicáveis a ele e concorda em ficar vinculado a eles, e compromete-se a observá-las, sob o risco de aplicação das penalidades cabíveis.

Além do presente Termo, o usuário deverá consentir com as disposições contidas na respectiva Política de Privacidade a ser apresentada a todos os interessados dentro da interface da plataforma.

A aceitação dos referidos documentos é imprescindível para o acesso e para a utilização de quaisquer serviços fornecidos pela empresa. Caso não concorde com as disposições deste instrumento, o usuário não deve utilizá-los.

2. DEFINIÇÕES

Para os fins destes Termos de Uso e Política de Privacidade, consideram-se:

Dado pessoal: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

Dado anonimizado: Dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

Titular: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

Tratamento: Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

Anonimização: Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

Consentimento: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

Eliminação: Exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

Transferência Internacional de Dados: Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

Uso compartilhado de dados: Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e



entidades públicas no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

Internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;

Sítios e aplicativos: sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados;

Terceiro: Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico;

3. DO ACESSO DOS USUÁRIOS

Serão utilizadas todas as soluções técnicas à disposição do responsável pela plataforma para permitir o acesso ao serviço 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana. No entanto, a navegação na plataforma ou em alguma de suas páginas poderá ser interrompida, limitada ou suspensa para atualizações, modificações ou qualquer ação necessária ao seu bom funcionamento.

3. ARCABOUÇO LEGAL

Este documento foi elaborado em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei n. 13.709/18 e demais legislações pertinentes a proteção de dados e segurança da informação. Ainda, o documento poderá ser atualizado em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual se convida o usuário a consultá-lo periodicamente.

4. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

A plataforma visa disponibilizar informações acerca de suas informações financeiras de acordos e propostas de acordo já realizadas com a instituição financeira a qual você possui vínculo contratual, além da possibilidade de negociação da dívida diretamente com a assessoria Góes & Nicoladelli Advogados e Associados.

5. DO CADASTRO

O acesso às funcionalidades da plataforma exigirá do usuário a realização de um cadastro. Ao se cadastrar o usuário deverá informar dados básicos de identificação e contato, os quais deverão ser recentes e válidos, sendo de sua exclusiva responsabilidade manter referidos dados atualizados, **bem como o usuário se compromete com a veracidade dos dados fornecidos.**

O usuário se compromete a não informar seus dados cadastrais e/ou de acesso à plataforma a terceiros, responsabilizando-se integralmente pelo uso que deles seja feito.

Menores de 18 (dezoito) anos e aqueles que não possuem plena capacidade civil deverão obter previamente o consentimento expresso de seus responsáveis legais para utilização da plataforma e dos serviços ou produtos, sendo de responsabilidade exclusiva dos mesmos o eventual acesso por menores de idade e por aqueles que não possuem plena capacidade civil sem a prévia autorização.

Mediante a realização do cadastro o usuário declara e garante expressamente ser plenamente capaz, podendo exercer e usufruir livremente dos serviços e produtos.

O usuário deverá fornecer os seguintes dados para realizar o cadastro: nome completo, CPF, data de nascimento, e-mail e telefone. Com essas informações o sítio encaminhará ao e-mail uma chave para o acesso da plataforma. Desta forma, compete ao usuário exclusivamente a manutenção de referida chave de acesso de maneira confidencial e segura, evitando o acesso indevido às informações pessoais. A cada novo acesso é encaminhada uma nova chave de acesso ao e-mail cadastrado, invalidando automaticamente a última chave utilizada.

Toda e qualquer atividade realizada com o uso da chave de acesso será de responsabilidade do usuário, que deverá informar prontamente a plataforma em caso de uso indevido desta.

O usuário poderá, a qualquer tempo, requerer o cancelamento de seu cadastro junto a plataforma Vamos Quitar. O seu descadastramento será realizado o mais rapidamente possível, desde que não sejam verificadas pendências em aberto que impossibilitem o cancelamento do cadastro.

O usuário, ao aceitar os Termos e Política de Privacidade, autoriza expressamente a plataforma a coletar, usar, armazenar, tratar, ceder ou utilizar as informações derivadas do uso dos serviços, do sítio e quaisquer plataformas, incluindo todas as informações preenchidas pelo usuário quando realizar ou atualizar seu cadastro, além de outras expressamente descritas na Política de Privacidade que deverá ser autorizada pelo usuário.

6. DIREITOS DO USUÁRIO/VISITANTE

Os direitos descritos previstos no Capítulo III da Lei Geral de Proteção de Dados (lei nº 13709/2018, alterada pelas Leis n. 13.853/19 e n. 14.010/2020) deverão ser observados nos seguintes moldes:

- I - Confirmação da existência de tratamento;
- II - Acesso aos dados;
- III - Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV - Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;
- V - Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador;
- V - Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial
- VI - Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;
- VII – Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- VIII - Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- IX - Revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

Todo titular terá acesso às informações sobre o tratamento de dados pessoais mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído a qualquer momento,



respeitando os direitos de liberdade, de intimidade e de privacidade, no prazo de até 15 (quinze) dias a partir da sua solicitação.

Tendo em vista que nem sempre é possível realizar a resposta com o detalhamento necessário, indicaremos as razões de fato ou de direito que impeçam a adoção imediata da providência. Você pode exercer seus direitos entrando em contato conosco através do e-mail **dpo@goesnicoladelli.com.br** ou você pode entrar em contato conosco usando as seguintes informações: **Fone: 0800 7102300 - E-mail: goesnicoladelli@goesnicoladelli.com.br – SÍTIO: www.goesnicoladelli.com.br; Sede da empresa: Rua Almirante Tamandaré, n. 114, Bairro Santa Bárbara, CEP.: 88804-290. Fone: (48) 34612300 – Fax: (48) 2102 7017.**

Em conformidade com os Princípios da Lei de proteção de Dados – LGPD, a empresa se compromete a resolver reclamações sobre sua privacidade e nossa coleta ou uso de suas informações pessoais. Iremos responder a todas as solicitações enviadas de pessoas que desejam exercer seus direitos de proteção de dados de acordo com as leis de proteção de dados aplicáveis.

7. DAS RESPONSABILIDADES

É de responsabilidade do usuário:

- a) A correta utilização da plataforma, dos serviços ou produtos oferecidos, prezado pela boa convivência, pelo respeito e cordialidade;
- b) Pelo cumprimento e respeito ao conjunto de regras disposto nesse Termo de Condições Geral de Uso, na respectiva Política de Privacidade e na legislação nacional e internacional;
- c) pela proteção aos dados de acesso à sua conta/perfil (login e chave de acesso).

É de responsabilidade da plataforma Vamos Quitar:

- a) Indicar as características dos serviços;
- b) As informações que foram por ele divulgadas, sendo que os comentários ou informações divulgadas por usuários são de inteira responsabilidade dos próprios usuários;
- c) Os conteúdos ou atividades ilícitas praticadas através da sua plataforma;
- d) A plataforma não se responsabiliza por links externos contidos em seu sistema que possam redirecionar o usuário à ambiente externo a sua rede.

Não poderão ser incluídos links externos ou páginas que possuam quaisquer informações ilícitas, violentas, polêmicas, pornográficas, xenofóbicas, discriminatórias ou ofensivas.

8. DO SUPORTE

Em caso de qualquer dúvida, sugestão ou problema com a utilização da plataforma, o usuário poderá entrar em contato com o suporte, através do e-mail **negociador@goesnicoladelli.com.br** ou telefone **08007102300**.

Estes serviços de atendimento ao usuário estarão disponíveis nos seguintes dias e horários: segunda-feira à sexta-feira das 08:00 às 18:00.

9. DAS ALTERAÇÕES

Os itens descritos no presente instrumento poderão sofrer alterações, unilateralmente e a qualquer tempo, por parte da empresa responsável pela disponibilização da plataforma, para adequar ou modificar os serviços, bem como para atender novas exigências legais. As alterações serão veiculadas pelo sítio vamosquitar.com.br e o usuário poderá optar por aceitar o novo

conteúdo ou por cancelar o uso dos serviços.

11. INFORMAÇÕES PARA CONTATO

A empresa responsável pela plataforma Vamos Quitar possui colaboradores designados para atender às consultas de privacidade do usuário relacionadas aos serviços disponíveis aos usuários. Para maiores informações poderá encaminhar um e-mail para dpo@goesnicoladelli.com.br.

12. DO FORO

Para a solução de controvérsias decorrentes do presente instrumento será aplicado integralmente a legislação brasileira.

Os eventuais litígios deverão ser apresentados no foro da comarca em que se encontra a sede da empresa.